

metamorfose(s) do espaço urbano: pouso alegre na transição para o século xx*

metamorphosis(es) of the urban space: pouso alegre in the transition to the twentieth century

Fernando Henrique do Vale**

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

RESUMO

Pretendemos com este artigo tratar das transformações ocorridas no espaço urbano na cidade de Pouso Alegre, nas décadas de 1890 a 1910, observando as dinâmicas sociais e econômicas que acompanharam essas mudanças. Para nossa análise sobre a constituição do espaço público em Pouso Alegre, trabalharemos com a documentação referente a atas da Câmara Municipal, periódicos locais e regionais e registros de imóveis locais.

Palavras-chave: História econômica. História regional. Urbanização. Modernização. Elite.

ABSTRACT

We intend with this article to deal with the transformations that occurred in the urban space in the city of Pouso Alegre during the decades of 1890 to 1910, observing the social and economic dynamics that accompanied those changes. For our analysis regarding the constitution of the public space in Pouso Alegre, we will work with the documentation regarding the minutes of the Town Hall, local and regional periodicals and records of local real estate.

Keywords: Economic history. Regional history. Urbanization. Modernization. Elite.

* Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento, tornando possível esta pesquisa. Ao professor doutor Alexandre Macchione Saes, pela orientação e condução durante os anos em que compreenderam a realização do meu trabalho de mestrado.

Submetido: 9 de outubro de 2017; aceito: 20 de julho de 2018.

** Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo. *E-mail:* ferdovale@yahoo.com.br

Introdução

O objetivo deste artigo é tratar das transformações ocorridas no espaço urbano na cidade de Pouso Alegre, durante as décadas de 1890 e 1910, podendo observar as dinâmicas sociais e econômicas que acompanharam essas mudanças. Para nossa análise referente à constituição do espaço urbano em Pouso Alegre, trabalharemos com a documentação referente a atas da Câmara Municipal, periódicos locais e regionais e registros de imóveis locais. O *corpus* documental composto pelos registros de imóveis é ainda pouco explorado pelos historiadores como forma de análise, por diversas razões, entre elas a dificuldade enfrentada ao acesso, pois se encontram geralmente em cartórios de registros locais. Mas, quando nos é permitido ter o contato com eles, percebemos a riqueza de informações que podemos dali extrair, como a estrutura da riqueza local, as práticas de trabalho exercidas na localidade estudada e a valorização e formação espacial local constituída durante os anos.

Em um primeiro momento, neste artigo, trataremos da trajetória da prática de registros no Brasil como forma de se atribuir publicidade aos direitos reais de uma propriedade e a forma que adotamos para trabalhar com esse tipo de fonte. Logo em seguida, percorreremos pelo contexto da cidade de Pouso Alegre nas décadas consideradas por este estudo, valendo-se de análises de atas do Poder Legislativo local e periódicos. E, por fim, utilizaremos a série dos registros de imóveis para observar a dinâmica dos diversos usos do espaço ocorrida em Pouso Alegre, com a abertura de novas ruas e a chegada de instituições que contribuíram para a formação espacial e das mentalidades locais, tendo em mente que a lógica do mundo urbano

proporciona o desenvolvimento do ser político, da vida cultural e religiosa cristalizadas entre as novas instituições urbanas e, ainda, das relações sociais e econômicas que tendem a se tornar mais complexas entre os mercados e as ruas, resultantes do crescimento das cidades. (Saes; Gambi; Curi, 2016, p. 23)

A urbanização ocorrida no Brasil é uma questão muito discutida por pesquisadores de diversas áreas das ciências humanas¹, o que nos indica

¹ Teóricos como Raymundo Faoro, Florestan Fernandes, Celso Furtado e Emília Viotti Costa lançam discussões a respeito do conceito de modernização, o que nos leva a

a intensidade do processo na segunda metade do século XIX e no início do XX. Nesse período, o país passou por transformações em sua economia, o que permitiu a expansão de relações comerciais e financeiras com o centro do capitalismo. A busca pela modernização² influenciou a transformação nos padrões de consumo da elite brasileira, introduzindo aos poucos os costumes europeus no cotidiano e na mentalidade de alguns membros da sociedade brasileira, e o elo que se estabeleceu entre modernidade e urbanização “se fez apenas de fachada, dentro dos limites das cidades mais importantes [...] não a muitos quilômetros de distância, o caboclo vegetava, à margem do progresso” (Costa, 1999, p. 265). Contudo, nesse processo de urbanização brasileira, a consolidação de um centro comercial traz consigo as figuras dos fazendeiros e grandes comerciantes que se direcionavam para a importação e exportação, o que daria origem ao “grande capital urbano”. Por meio de investimentos, criaram-se empreendimentos característicos de

compreender o processo de urbanização ocorrido no Brasil. Florestan se refere ao “capitalismo como um estilo de vida”, o que nos leva a entender a busca por novos estilos pela sociedade no período da urbanização. Já Celso Furtado, em *Análise do modelo brasileiro*, nos aponta para a questão da absorção de padrões de consumo por uma parte da sociedade, o que conduz a uma certa dependência dos países com uma economia já consolidada. Os estudos de Emília Viotti nos direcionam para diversos aspectos acerca da urbanização no Brasil, no século XIX, buscando precedentes nos períodos da colônia e do Império, culminando no período proposto neste trabalho (Faoro, 1992; Fernandes, 2005; Furtado, 1972; Costa, 1999).

- ² Raymundo Faoro nos deixa bem claro a distinção de modernidade e modernização. A princípio, logo afirma que a europeização ou ocidentalização está intimamente ligada ao fenômeno que se denomina “modernização”. Logo, aqueles que consumissem produtos, adotassem certos hábitos e vivências estariam de certa forma se europeizando ou sendo modernos. Nesse sentido, aponta-nos que “a modernidade compromete, em seu processo, toda sociedade, ampliando o raio de expansão de todas as classes, revitalizando e removendo seus papéis sociais, enquanto que a modernização, pelo seu toque voluntário, se não voluntarista, chega à sociedade por meio de um grupo condutor, que, privilegiando-se, privilegia os setores dominantes”. A modernidade, no entanto, seria uma espécie de movimento liderado por um grupo elitizado da sociedade, ou seja, uma minoria modernizada, formada por uma elite econômica, aqueles que absorvem os padrões de consumo dos países denominados “centrais”. No entanto, a modernidade envolve toda a sociedade no contexto de expansão de todas as classes, contudo não alcança o padrão de consumo da minoria que compõe os países subdesenvolvidos. Já a modernização chega por um grupo dominante, instaurando-se de uma forma voluntária, e privilegia muitas vezes a classes elitistas, formando assim um novo estamento, ocupando o lugar do antigo, do atrasado (cf. Faoro, 1992, p. 7-11).

um universo capitalista: as rotas ferroviárias, os bancos, a instalação de empresas de serviços urbanos e as primeiras indústrias³.

No sul de Minas Gerais, esse processo, como no Brasil em geral, “teria sido conduzido também pelo Estado, a partir de iniciativas municipais e estaduais, com alguma participação, ainda que limitada, do grande capital das localidades” (Saes; Gambi; Curi, 2016, p. 36), em uma sociedade que em seu seio mantinha características agrícolas e mercantis, que conservavam interações entre o rural e o urbano. Em outras palavras, para se realizar o projeto de urbanização no município, seria necessário que a instância local mantivesse boas relações com o governo estadual, o qual disponibilizaria recursos para os possíveis melhoramentos (Leal, 1978). Esta suposta “troca de favores” atenderia ao interesse de que determinado político se perpetuasse no poder em uma corrente de favores e reciprocidades. Percebemos, no entanto, que esse movimento de modernização não se estendia a toda sociedade, privilegiando poucos, uma elite que buscava a sua perpetuação. Enquanto o estado poderia tornar os municípios dependentes de sua assistência, privilegiavam os políticos locais, denominados “coronéis”⁴.

³ As discussões sobre as temáticas urbanização e modernização não somente do ponto de vista de rupturas, mas de permanências, podem ser encontradas nas seguintes autoras: Barbuy (2006), Deaecto (2002). As autoras procuram compreender os usos da cidade, sob a ótica da historicidade urbana, principalmente na transição do século XIX para o XX. Se formos olhar a questão da “modernização como padrão de consumo”, temos o trabalho de Milena Fernandes de Oliveira, que buscou compreender as formas de consumo a partir de sua construção histórica, sendo um importante instrumento para se entender o capitalismo e sua dinâmica (Oliveira, 2009). Cândido Malta Campos, em seu trabalho sobre urbanismo e modernização em São Paulo, afirma que, “desde o início do século XIX, a modernização urbanística se insere entre as iniciativas de transformação do ambiente material surgidas a partir da Revolução Industrial. A expansão do capitalismo era acompanhada pela difusão de novas fontes de energia (carvão, gás), técnicas produtivas (mecânica, maquinário a vapor), transporte (canais, ferrovias, pontes metálicas, vapores, portos), comunicação (imprensa diária, telégrafo, cabos submarinos) e outras inovações que alteravam radicalmente a face dos territórios atingidos pelo ímpeto modernizador”, sendo manifestada no Brasil na transição do Império para a República (cf. Campos, 2002, p. 39).

⁴ Essa manutenção de poder se perdura durante séculos. Frágoso e Florentino, na seção “Em busca de uma nova abordagem”, se referem ao arcaísmo dessa estrutura mantida em terras brasileiras, em que se diferiam dos padrões que delineavam as sociedades do Antigo Regime, com o exemplo que citamos: “Durante o século XVI, o panorama agrícola era de atrofia tecnológica e demográfica, estimando-se que o campesinato somasse apenas 1/3 da população – dado estranho até mesmo

Em Pouso Alegre, o processo de modernização não esteve estritamente ligado ao “grande capital urbano”. Os investimentos, inicialmente privados, foram destinados principalmente na implantação da ferrovia da região, por meio de cotas, no final do século XIX, na constituição de uma empresa dedicada aos serviços de energia elétrica, a Companhia de Força e Luz, implantada pelo engenheiro Benjamim Franklin Silvano Brandão, e na instalação de linhas telefônicas pelo Sr. Euzébio Dias Ferreira, empresário este que já estaria implantando esse tipo de serviços em cidades da região, como Poços de Caldas, Jaguaray, Cambuí, São José do Paraíso e Ouro Fino⁵. Esses tipos de serviços, como foram percebidos na documentação, eram impulsionados por investimentos privados e, com o passar do tempo, se tornavam de responsabilidade da municipalidade. Os melhoramentos do espaço urbano ocorreram com maior intensidade após a Proclamação da República, quando os municípios adquirem maior autonomia mediante a Constituição de 1891.

O *Almanaque Sul-Mineiro* (1874 e 1884), corografias de Minas Gerais e periódicos, ao tratarem das cidades sul-mineiras, apontam-nos algumas semelhanças no processo de construção do espaço urbano. Percebemos que essas cidades seguiam um certo padrão urbanístico, diferenciando-se em alguns aspectos. A construção de teatros, escolas, cadeias, hotéis e os melhoramentos na infraestrutura urbana, como a instalação de energia elétrica, a construção de calçadas e a elaboração de uma rede de esgotos, farão parte desse processo vivenciado pelas cidades do sul de Minas Gerais, que de certo modo, a seus passos, acompanhava o projeto de urbanização pelo qual o Brasil estava passando. Nesse sentido analisaremos essa metamorfose do espaço urbano em Pouso Alegre, nas décadas de transição do século XIX para o XX.

das economias do tipo antigo. Em contrapartida, os segmentos formados pelo clero (no século XVII havia um membro da Igreja para cada grupo de 36 habitantes), fidalgos e mercadores abarcavam outro terço, cabendo a parcela restante a artífices, trabalhadores manuais, marinheiros, pescadores, servidores e ociosos”. Para a região que estudamos, em uma analogia, percebemos que parte das terras estava concentrada nas mãos dos “mais ricos” – elite –, e outra parte, daqueles que pertenciam a uma classe média e aos que constituíam a base – estes possuindo pequenas propriedades, onde trabalhavam as terras para atividades de subsistência e venda da produção que excedia (Fragoso; Florentino, 2001, p. 41-42).

⁵ Projeto para instalação de linhas telefônicas em Pouso Alegre, 31 de dezembro de 1909.

1. O trabalho com as fontes: explorando os registros de imóveis locais

A prática de registrar imóveis no Brasil surge timidamente na primeira metade do século XIX por meio da lei que colocava em ação o registro de hipotecas⁶. No entanto, com os Regulamentos n. 1.318, de 30 de janeiro de 1854, e n. 3.453, de 26 de abril de 1865, tornava-se oficial a criação do Registro Geral⁷, como prática oficial, por meio da “inscrição de hipotecas convencionais e legais especializadas, lado a lado com as transcrições dos títulos translativos da propriedade por entre vivos, ou constitutivo de ônus real” (Lago, 2008, p. 52). A transcrição dos imóveis tornou-se algo importante para a realização da transmissão deles. No município de Pouso Alegre, o ato de assentamento de alguma propriedade iniciou-se no ano de 1855 por meio do registro de terras. Essa prática era realizada pelo vigário local⁸, procurando caracterizar a finalidade das terras (“huma fazenda de terras de culturas e campos de criar”), a localização e os limites, a procedência anterior e o valor pela qual foi adquirida. Contudo, as primeiras notações de imóveis⁹ realizadas por um cartório oficial ocorreu na segunda metade do século XIX.

⁶ A Lei n. 317, de 21 de outubro de 1843, fixava as despesas e orçava as receitas do Império para os exercícios de 1843-1844 e 1844-1845. No Artigo 35 encontramos a seguinte cláusula: “Fica creado um Registro Geral de hypothecas, nos lugares e pelo modo que o Governo estabelecer nos seus regulamentos” (*Collecção das leis do Império do Brasil de 1843*, tomo V, parte I, 1867, p. 63). Já o Decreto n. 482, de 14 de novembro de 1846, estabeleceu o “Registro geral das hipotecas”, executando o que se instituiu no artigo citado acima (cf. *Collecção das leis do Império do Brasil de 1846*, tomo IX, parte II, 1847, p. 153).

⁷ Antes mesmo de ser regulamentada a prática de registros de imóveis por oficiais de cartórios, era comum registrar as propriedades. A responsabilidade cabia ao vigário da igreja local, possuindo caráter meramente declaratório, com a finalidade de discriminar o público do particular. Podemos também afirmar que a Lei de Terras de 1850 no Brasil tornou-se uma forma inicial de registro de propriedade imóvel (cf. Loureiro, 1968, p. 20-30).

⁸ O livro de registro de terras do município de Pouso Alegre contém 430 notações. A atribuição do vigário local a essa prática está na nota de abertura do livro: “Há de servir este Livro para o Registro das Terras possuídas nesta *Paróchia* de Pouso Alegre em virtude da Lei 601 de 18 de Setembro de 1850. Este livro vai [...] numerado e rubricado com a minha rubrica que deve Teixeira de Andrade tendo no fim o termo de encerramento. Pouso Alegre, 01 de Junho de 1854. O Vigário Barnabé Teixeira de Andrade” (Livro de registros de terras do município de Pouso Alegre, 1854).

⁹ Os primeiros registros em Pouso Alegre nos livros que se encontram em posse do

Esses tipos de registros nos informam detalhadamente sobre as propriedades rurais e urbanas que eram inscritos no cartório. O assentamento era feito em um livro específico dividido em colunas com as seguintes informações: “Número de ordem e data”, espaços em que se ordenavam os registros de acordo com o dia e o mês que eram assentados; “Freguesia do imóvel”, localização em que se encontrava a propriedade; “Denominação, ou rua e número do imóvel”, caracterizava a natureza do imóvel (se ele era rural ou urbano), descrevendo a sua localização (distrito ou bairro) e o seu logradouro; “Nome do proprietário e do adquirente”, registrando o nome daquele que vende, compra, ou faz doação de uma propriedade. Em determinados anos, percebemos nos registros de Pouso Alegre o costume de ser mencionado o nome da esposa/do marido e a profissão de ambos; “Característica”, coluna em que se descrevia o imóvel como se encontrava, se fosse terreno, colocando suas medidas e divisas, e, se possuísse uma construção, detalhando suas medidas, como era construído, o material utilizado, entre outras informações precisas; “Ônus ou título”, especifica-se aí a natureza da aquisição do bem (compra, compra-venda, compra condicional, fiança, permuta, doação, doação *in solutem*¹⁰, carta de adjudicação¹¹, demarcação de bens, herança, cessão de direitos hereditários ou arrematação); “Título do ônus ou forma do título”, geralmente se registrava de forma pública ou particular, apropriação, carta de arrematação, carta de adjudicação, forma de partilha ou certidão de pagamento; e por fim as “Averbações”, local este à margem de um título ou registro de alguma coisa inerente a ele. Assim eram registrados os imóveis em livros que se encontram arquivados nos cartórios.

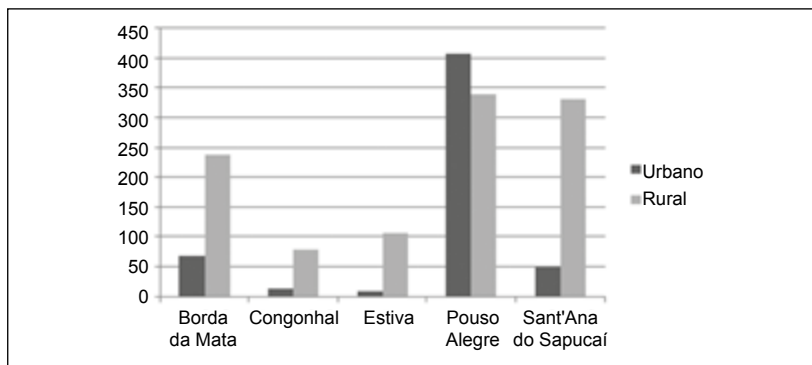
Cartório Amaral foram realizados pelo oficial Luiz Rodrigues de Miranda, designado por portaria imperial de 22 de setembro de 1868 (cf. *Noticiador de Minas*, ano II, n. 62, 21 de janeiro de 1869, capa). A instalação de um cartório oficial na cidade ocorreu em 11 de janeiro de 1917, sendo dirigida até os dias atuais por oficiais pertencentes à família Amaral.

10 Pode ser denominada também como “dação em pagamento” (ou, do latim, *datio in solutum*). Segundo o dicionário jurídico, é aquela em que, com o consentimento do credor, é permitido ao devedor a substituição financeira por uma determinada coisa como pagamento de dívida (Santos, 2001, p. 69).

11 O termo “adjudicação” se refere ao ato de transferir àquele que promoveu a execução judicial os bens penhorados, ou os respectivos rendimentos, para pagamento de seu crédito (Santos, 2001, p. 31).

Por meio de uma análise geral¹² tomando como base o objeto de nossa pesquisa, o município de Pouso Alegre, percebemos, durante as décadas estudadas, que os imóveis rurais eram mais transacionados nos distritos, enquanto os urbanos tomam destaque na sede do município, como podemos observar no gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Imóveis rurais e urbanos por localidade



Fonte: dados estimados a partir dos Registros de imóveis do município de Pouso Alegre, acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral), Pouso Alegre (MG).

Mesmo nosso olhar estando voltado para o desenvolvimento e as transformações do espaço citadino, da dinâmica do comércio e dos serviços públicos, ressaltamos a importância do campo, lugar este para o qual se destinavam os maiores investimentos da elite. Por mais que, no decorrer de nosso trabalho, delimitamos a economia em rural e urbano, percebemos que as duas formas se desenvolveram em conjunto. Autores como Wanderley (2000, p. 87-145) e Castells (1975) afirmam que entre essas duas categorias existem um *continuum*, relações de aproximação e

¹² Em Pouso Alegre, sede do município, e no Distrito de Sant'Ana do Sapucaí, os registros de transações (presentes no cartório pesquisado) tiveram início no ano de 1869. Nos distritos de Borda da Mata e Estiva, a datar de 1874; e em Congonhal a partir de 1881. Encontramos registros de outras localidades, como Ouro Fino, Jacutinga, Bueno Brandão, Monte Sião, Ouros, Cachoeiras e Bom Retiro, localidades estas que pertenciam a Pouso Alegre no período que corresponde aos anos iniciais de nossa pesquisa. Jaguary, Vargem Grande e Itajubá compunham a Comarca do Jaguary, a qual era sediada nessa época por Pouso Alegre.

integração, e principalmente não anulando a presença do rural. Jane Jacobs discute em sua obra sobre essa relação, tendo em vista que

as grandes cidades e as regiões rurais podem coexistir perfeitamente. As grandes cidades precisam ter em suas proximidades um verdadeiro campo. E, do ponto de vista do homem, o campo precisa de grandes cidades com todas as suas diversas oportunidades e capacidades produtivas, de modo que os seres humanos possam apreciar o resto do mundo natural em vez de amaldiçoá-lo. (Jacobs, 1961, p. 467)¹³

Por meio da análise das fontes, percebemos que algumas pessoas, em geral membros da elite, possuíam propriedades na cidade e no campo, conciliando a vida urbana com a produção rural pertencente as suas propriedades.

Nossa proposta é analisar a questão das transformações ocorridas na área urbana de Pouso Alegre e, por meio das transações feitas durante o período estudado, teremos ideia das características dos imóveis, da localidade mais valorizada e até mesmo de quem estava investindo. Nesse sentido voltaremos nosso olhar para o perfil dos sujeitos que estavam transacionando imóveis e seus investimentos, a finalidade do uso desses espaços para um determinado perfil econômico e o tipo de imóvel existente, podendo constatar qual espaço estava sendo valorizado em determinada época, observando o crescimento da cidade durante as décadas e as valorizações de um determinado espaço e os diversos usos do imóvel, configurando novas dinâmicas para Pouso Alegre.

2. A cidade de Pouso Alegre (1890-1910)

O município de Pouso Alegre, para as décadas que estamos estudando, contava com 37.422 habitantes¹⁴. Notamos uma queda populacional

¹³ “Las grandes ciudades y las comarcas rurales pueden coexistir perfectamente juntas. Las grandes ciudades necesitan tener cerca un verdadero campo. Y, desde el punto de vista del hombre, el campo necesita a las grandes ciudades, con todas sus diversas oportunidades y productividad, de suerte que los seres humanos puedan estar en condiciones de apreciar el resto del mundo natural en lugar de maldecirlo.”

¹⁴ De acordo com o censo de 1890, especificamos o número populacional por distrito: Pouso Alegre (sede) e São Sebastião da Bela Vista – 5.707, Congonhal – 2.385,

de 18,94% de 1870 para 1890, devido à emancipação de alguns distritos anteriormente pertencentes a esse território. Com a promulgação da Lei n. 2.658, de 4 de novembro de 1880, Ouro Fino passa a ser município, estabelecendo suas divisas com o Distrito de Borda da Mata, sendo instalado oficialmente o município em 16 de março de 1881 (Rossi, 1981, p. 144). A extensão municipal ficou compreendida pela sede (Pouso Alegre), Congonhal, Estiva, Borda da Mata e Sant’Ana do Sapucaí.

O *Almanaque Sul-Mineiro* para o ano de 1884, mantendo um estilo corográfico, mas também literário e poético, assinala a cidade de Pouso Alegre como a mais bela povoação do sul de Minas Gerais, com “a beleza de suas ruas e praças, o capricho e asseio que se nota nas edificações, indicando tudo que alli vive um povo inteligente e civilizado” (Veiga, 1874, p. 366), sendo estas as impressões registradas por Bernardo Saturnino da Veiga, ao passar pela localidade. Nesse período, a sede distrital possuía 4 praças, 26 ruas e cerca de 400 casas, 80 a mais construídas nos últimos 10 anos. Na esfera educacional, apenas a sede e o Distrito de Sant’Ana possuíam instrução pública, sendo “duas aulas públicas para o sexo masculino e uma para o feminino, aquelas frequentadas por mais de 80 alumnos e esta por 30 e 40 [...], existe uma aula nocturna particular com frequência superior a 12 alumnos” e um liceu com diversos cursos preparatórios para o ensino superior. A produção de cereais continuava sendo uma das principais culturas, assim como a cana, o fumo e o algodão. Na década de 1880, eram 7 fazendeiros que manifestavam a presença da produção de café em suas terras, mas que certamente não eram produções representativas (comparando-se com outras cidades da região, como Guaxupé, Três Corações, Varginha) perto das produções de cereais que caracterizavam a produção da dezena de produtores agrícolas da cidade.

Com a Proclamação da República em 1889, o país passou por diversas mudanças, alterando principalmente alguns pontos de sua Constituição¹⁵. Nessa transição política, as dinâmicas econômicas mantidas

Estiva – 7.202, Borda da Mata – 8.066, Sant’Ana do Sapucaí – 14.062 (*Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890*, 1898, p. 62).

¹⁵ Com a queda do Império e a Proclamação da República, é promulgada uma nova Constituição no dia 24 de fevereiro de 1891, constando de 91 artigos e mais 8 das disposições transitórias, podendo ser caracterizada como a mais concisa das 6

durante o Império (a agricultura de monocultura em grandes propriedades) são substituídas aos poucos pelas atividades urbanas. A mão de obra escrava perde sua força para o trabalho assalariado e os investimentos passam a ser direcionados para outras atividades, como o comércio, as indústrias e os novos produtos agrícolas. Em relação ao poder público, o município, teoricamente, passa a ter mais autonomia. As câmaras municipais foram substituídas pelos conselhos de intendência e o presidente da Câmara, geralmente indicado e nomeado pelo governo estadual, passa a exercer a função de chefe do Executivo, ou seja, do prefeito municipal. Esse conselho era composto por cinco membros, os quais exerceriam as mesmas funções dos vereadores.

O primeiro relatório apresentado pelos conselheiros, no ano de 1891, nos traz informações precisas do município em relação à manutenção das vias públicas, salubridade e instrução pública. As praças, ruas, pontes e avenidas vinham sendo constantemente consertadas para o conforto e mobilidade da população mais rica que ali vivia, principalmente daqueles que habitavam a região central. Discussões sobre a construção de um prédio para mercado, uma nova edificação para o matadouro e uma casa para o lazareto, em virtude do contágio de doenças, fizeram parte desse relatório. Em relação à instrução, o município contava nessa dé-

Constituições que a República brasileira teve. Citamos aqui algumas das principais mudanças contidas na legislação republicana: no título primeiro, “Da organização federal”, divididos em 15 artigos, implantou-se a República federativa, com governo central de 20 estados-membros (Art. 2^a), antes, no Império, denominados como “províncias”. Nesse título, observamos também o estabelecimento de uma relativa e limitada autonomia para os estados, enquanto para os municípios “fique assegurada sua autonomia, em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse” (Art. 68). Se no Império o poder estava centralizado nas mãos do imperador, outra importante mudança que foi estabelecida com essa Constituição foi a “divisão dos poderes em três” (Art. 15): o Poder Legislativo (deputados federais e estaduais, senadores e vereadores), o Poder Executivo (presidente da República, governadores, prefeitos) e o Poder Judiciário (juízes, promotores etc.), “harmônicos e independentes entre si”. Em relação ao voto (Art. 70), somente os homens poderiam participar desse pleito (voto universal masculino), ou seja, além das mulheres, não podiam votar os menores de 21 anos, mendigos, padres (separação Igreja e Estado), soldados e analfabetos. Outro ponto que merece destaque é a seção II, “Declaração de direitos”, em que são observadas a separação de Igreja e Estado (observados nos §§ 4^a, 5^a, 6^a e 7^a) e a extinção dos foros de nobreza (§ 2^a): “Todos são iguais perante a Lei” (cf. Porto, 2012; *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*: acompanhada das leis orgânicas publicadas desde 15 de novembro de 1889, 1891).

cada com 17 cadeiras de instrução primária, com matrícula de 508 alunos e frequência de 360.

Como o comércio estava se intensificando no espaço do Mercado Municipal, tornou-se necessária a construção de um novo prédio, pois a pequena casa alugada existente já não abrigava mais tantos produtores, vendedores e consumidores. Para resolver o problema, a administração adquire da Igreja Matriz, no ano de 1893, um terreno com uma casa e benfeitorias pelo valor de 2:000\$000, localizado entre as ruas do Visconde do Rio Branco e da Princesa Imperial, dividindo com o cidadão Julião Florêncio Meyer e com dona Maria do Carmo Silveira e outros, iniciando assim a construção daquele estabelecimento. O valor orçado pela comissão nomeada para a construção desse novo edifício foi de 5:200\$000¹⁶, dispondo de todo material necessário e da mão de obra empregada. O prédio, segundo o orçamento apresentado, deveria continuar na região central da cidade, tendo

a nova casa a posição longitudinal de preferência à transversal do velho mercado, sendo a extinção d'aquella 152 palmos com 66 transversalmente e 20 de altura além de uma platibanda de 3 ½ palmos, tendo duas grandes portas de ingresso, sendo uma do lado da Rua da Princeza Imperial, e outra da do Visconde do Rio branco, ambas no meio do plano do edificio. Com 10 palmos de largura e 20 de altura, sustentados por columnatas de 3 palmos quadrados, seguido-se à estas os claros em forma de porta terminando em semicírculo. Com 6 palmos de largura e 15 de altura, estendendo por todo peripheriado do prédio, à excepção dos cantos que terão de cada lado 10 palmos de parede e as respectivas columnatas intermediárias, que terão as mesmas dimensões das primeiras, já descriptas, adentrando tudo sobre um alicerce de 4 palmos, sendo 2 de terra socada e 2 de tijollos¹⁷.

No mesmo ano de 1893, é erigido o prédio do Mercado Municipal, possuindo dois lances laterais com “duas grandes portas terminando em

¹⁶ Não conseguimos encontrar informações suficientes de como e por qual instância foi liquidado esse valor. Os “Relatórios dos presidentes da província” não trazem informações para esse período a respeito da construção do Mercado Municipal. Há uma lacuna na série dos “Livros de receitas e despesas da Câmara Municipal de Pouso Alegre” para os anos de 1892, 1893 e 1894. Os subsequentes não trazem informações referentes a essa construção.

¹⁷ Orçamento para construção do prédio do Mercado Municipal, 1888.

semicírculo, [...] e 36 columnatas. Os vãos são guarnecidos por um gradil de madeira. O centro sustentado por 12 columnas paralellas, nas quaes se adaptarão as 2 bancas de 60 palmos”¹⁸, que permitiam aos comerciantes disponibilizarem hortaliças, frutas, aves, carnes etc. Segundo Oliveira (1900), era um edifício dotado de elegância para a época, repousando sobre bases rígidas e construído em tamanha solidez para perdurar longos anos. Em estilo neoclássico, possuía diversas arcadas abertas, conservando os costumes das feiras livres, e detalhes em seus beirais lambrequinados¹⁹. As suas laterais eram compostas por “dous passadiços ladrilhados e separados do pavimento por uma grande madeira, servindo para a descarga e para a venda de gêneros que não eram permitidos no interior do edifício” (Oliveira, 1900, p. 90)²⁰. Para manter ainda mais organizada a dinâmica comercial, foi elaborada a Lei n. 9, de 9 de setembro de 1893, determinando aditamentos ao regulamento estabelecido na Praça do Mercado. O conjunto de leis previa desde a organização do espaço físico ao tipo de comércio que poderia ser realizado em seu interior, como também a forma que o fiscal deveria agir perante os cuidados com o prédio. Após o expediente comercial, o lugar era utilizado para realização de leilões de vivos e assados, como também abrigava apresentações de circos que vinham de fora. Com a reforma do mercado, percebemos o aumento do controle do poder público no espaço considerado comum. A organização, harmonia no espaço e higienização faziam parte de um projeto inserido na cidade pela elite que a governava, em que tudo que era aparentemente “feito e sujo” foi criticado e afastado do centro urbano. Enquanto o centro da cidade estava sendo embelezado, as áreas próximas ainda eram fortemente caracterizadas pelo campo.

¹⁸ Orçamento para construção do prédio do Mercado Municipal, 1888.

¹⁹ A expressão “lambrequinados” provém da palavra “lambrequim”, que significa: ornato de madeira com recorte nas pontas dos beirais, adequado para decoração de varandas (Michaelis, 2007).

²⁰ Com a edificação do prédio do Mercado Municipal, algumas formas de comércio foram impedidas de serem realizadas. Somente poderiam comercializar nesse espaço os gêneros conduzidos pelos carreiros, tropeiros e condutores, impedindo de alguma forma que o pequeno produtor expusesse aquilo que produzia. Essas exigências se intensificaram principalmente no período republicano, com a difusão dos ideais higienistas e o embelezamento do espaço (cf. Andrade, 2014, p. 25-26).

No segundo quinquênio da década de 1890, Pouso Alegre assiste à chegada dos trilhos da Rede Sul Mineira, possibilitando a ligação com os grandes centros do país, São Paulo e Rio de Janeiro. Na década de 1870, já se discutia a instalação de um ramal férreo com origem em São Paulo, seguindo para Bragança e com um ramal para as cidades da região, culminando em Pouso Alegre:

Foi lido um officio da Câmara Municipal da cidade de Jaguary, declarando que aquella corporação esta deliberada e solicitou do Corpo Legislativo a construcão de um ramal da estrada de ferro pelo sistema moderno, devendo partir do Bellenzinho atravessando Atibaia e Bragança a Jaguary, venha ao desta cidade de Pouso Alegre, terminar no Rio Mandu ou Sapucahy, conforme a indicação do cidadão Hygino Carlos de Carvalho, inserto no Diario de São Paulo, para que esta Câmara o seu apoio igualmente no referido Corpo Legislativo solicitando que o mesmo favor, posto em discussao foi aprovado, e que se responda neste sentido aquella Câmara²¹.

Esse officio enviado à Câmara Municipal de Pouso Alegre fazia parte de uma discussão que se estabelecia na Assembleia da Província de São Paulo. Esta é a estrada que segue para o centro do sul de Minas Gerais, servindo para o abastecimento da cidade de São Paulo e “ainda chamar outros que com grande sacrificio procurão outros destinos, como sejam os do lado de Pouso Alegre, que hoje dirijem-se ao porto de Ubatuba, atravessando duas grandes serras e lugares pantanosos”²². A intenção, como percebemos na notícia veiculada pelo *Diário de São Paulo*, era que os produtos originados do sul de Minas Gerais não deixassem de sair pelo Porto de Santos, ressaltando a importância da estrada de ferro para Bragança. A Província de São Paulo tinha o interesse de não deixar que esses produtos de exportação e importação não se desvinculassem de Santos para manter seus laços comerciais internos e com o exterior “não só por causa dos impostos, como ainda por que vai grande importância no commércio directo de Santos com exterior, e a importância será conforme o maior ou menor movimento”²³. As discussões, porém,

²¹ *Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1867-1871*, sessão extraordinária de 26 de junho de 1871, p. 184.

²² *Diário de São Paulo*, ano VII, n. 1.915, 2 de março de 1872, p. 3.

²³ *Diário de São Paulo*, ano VII, n. 1.915, 2 de março de 1872, p. 3.

ficaram restritas à Província de São Paulo, não sendo mais comentado nas atas da Câmara Municipal local.

A concretização da passagem de uma linha férrea por Pouso Alegre se deu mediante a promulgação da Lei n. 3.484, de 15 de junho de 1886, autorizando a construção de uma estrada de ferro de bitola de 1 metro, partindo da via férrea “Minas and Rio”, terminando em Poços de Caldas, percorrendo pelas cidades de Cristina, Itajubá e Pouso Alegre, em um prazo de seis anos. Além de agilizar o transporte e facilitar os meios de locomoção para as pessoas, a integração de linhas permitiu o acesso aos portos onde se escoavam produtos por meio da navegação a vapor. Essa conexão visou atender ao mercado de abastecimento interno, conduzindo gêneros, artigos manufaturados, principalmente

tecidos, armarinhos, calçados, bebidas, remédios, ferragens, querosene, além de café e sal, oriundos do Rio de Janeiro e de São Paulo, recolhidos em determinadas estações ferroviárias. E a escoar as produções locais de cereais, fumo, laticínios, rapadura, aguardente, toucinho, madeira. (Martins, 2011, p. 424)

A proposta de construção desse ramal surgiu por meio de uma sociedade anônima denominada “Estrada de Ferro Sapucaí”²⁴, que iria usufruir dos privilégios originados da Estrada de Ferro Minas e Rio, partindo da estação de Soledade e terminando nos limites da Província de Minas Gerais com São Paulo, mais especificamente no município de Ouro Fino, onde estabelecia conexão com a Estrada de Ferro Mogiana.

A Estação de Pouso Alegre foi inaugurada no ano de 1895. Segundo Antônio Marques de Oliveira, a estação se constituía por uma construção singela e em forma de chalé, com “uma plataforma pequena regular, mas pequena para conter a grande massa de povo, que quasi sempre ahi se agglomera por ocasião da chegada dos trens” (Oliveira, 1900, p. 81). O seu interior era composto por um pequeno armazém onde eram depositadas as mercadorias que chegavam ou aquelas que eram escoadas

²⁴ A Companhia Viação Férrea Sapucaí foi organizada em 15 de março de 1888, com o objetivo de construir essa estrada, que, partindo da estação de Soledade, na Estrada de Ferro Minas e Rio, fosse até os limites de São Paulo, atingindo em 1897, no quilômetro 297, a Estação de Sapucaí (na região de Ouro Fino), em seu ponto terminal, entroncando-se ali com a Estrada de Ferro Mogiana.

(como o café, fumo e gado suíno). Possuía também “dois gabinetes, communicando-se para o agente e telegraphista, separados do armazém por um corredor que serve de sala de espera; e acomodações no restante do edifício para a família do Agente” (Oliveira, 1900, p. 81). O espaço era constituído por um terreno pequeno, compondo a região central da cidade, no final da avenida principal, o que facilitava a circulação dos produtos pelo comércio e para a Praça do Mercado.

Na década de 1890, percebemos essa construção do espaço central da cidade, estabelecendo uma nova configuração para o meio urbano. A aquisição e construção de prédios públicos garantiriam espaços mais funcionais para atender às necessidades da população local. As linhas ferroviárias que passaram a transpor a região municipal permitiram maior circulação de pessoas para outras cidades da região e os grandes centros, por se tornar mais fácil e eficiente o meio de transporte, garantindo também a circulação de mercadorias para o comércio local e regional. Assim, Pouso Alegre seguia os caminhos da modernização, na transição do século XIX para o século XX, como analisaremos na próxima década, com a instalação da energia elétrica e a implantação de novas vias de comunicação.

Nos primeiros anos da década de 1900, o município de Pouso Alegre contava com a população estimada em 16.660 habitantes, e apenas 2.600 na cidade, correspondendo a 15% da população total. Segundo as informações contidas no *Almanack do Município de Pouso Alegre* para o ano de 1900, apenas alguns pequenos trechos da cidade possuíam calçamento, “com pedra tosca; algumas, porém, são macadamizadas com cascalho grosso, e possuem sargetas de pedra para o escoamento de águas pluvias” (Oliveira, 1900, p. 90). A cidade não possuía nessa época uma rede de esgotos, como era comum nas cidades sul-mineiras. O abastecimento de água era deficiente, contando apenas com 2 chafarizes de uso comum e no quintal de algumas casas cisternas ou fontes. Contava, nessa época, com quase 500 casas, distribuídas em 5 praças e 18 ruas, iluminadas a petróleo em lampiões belgas suspensos em postes de madeira. No campo educacional, a cidade possuía 1 externato para as primeiras lições, 1 seminário episcopal para a formação dos clérigos católicos, 1 colégio diocesano e 1 grupo escolar do estado, além de mais 4 escolas públicas, 2 para o sexo feminino e 2 para o masculino.

A Igreja católica passa a ter maior influência em Pouso Alegre e na

região no início dessa década com a criação da diocese²⁵, o que, segundo alguns memorialistas locais, contribuiu para o progresso²⁶ da cidade e desenvolvimento de toda a região sul-mineira. A ideia da criação surge na década passada, expressa em uma circular datada de 1891, “partida de Campanha e assignada por uma comissão popular, cujo o assumpto era relativo á criação de um bispado na zona sul-mineira, tendo como sede aquela vetusta cidade”²⁷. Essa comissão era composta por membros da família Veiga, pessoas estas ligadas a movimentos políticos voltados para a cidade de Campanha e para a região do sul de Minas Gerais²⁸.

Devido aos custos elevados e às influências políticas internas da Igreja, como a do próprio arcebispo de São Paulo, dom Antônio Cândido de Alvarenga, Pouso Alegre passou a sediar o poder eclesiástico sul-mineiro. Para isso, tornaram-se necessários reparos na igreja que se tornaria a sede episcopal (catedral), o que despendeu dos cofres eclesiais e de auxílios do governo a quantia de 40:000\$000 e a aquisição de prédios para a composição do patrimônio da nova diocese. Os livros de registros de imóveis nos trazem informações sobre essas aquisições, sendo constatadas nos primeiros anos cinco aquisições entre casas de morada e um terreno no espaço urbano, totalizando a quantia de 27:800\$000 e um investimento rural, realizado na compra de uma chácara para o Seminário e Colégio Nossa Senhora da Visitação, no valor

²⁵ Segundo o dicionário *Michaelis*, o termo “diocese” historicamente designava a circunscrição administrativa em certas províncias romanas. Designa uma porção territorial sujeita à administração eclesiástica de bispo, arcebispo ou patriarca (cf. *Michaelis*, 2007, p. 728). Até o ano de 1900, o território da diocese paulista abrangia o sul do atual estado de Minas Gerais, Pouso Alegre, até as fronteiras com o Uruguai, incluindo o estado do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e de São Paulo (cf. *Breve história da Diocese de São Paulo*).

²⁶ Observando alguns periódicos da época, percebemos que a noção de modernização e de progresso está ligada principalmente a certos desenvolvimentos: “Trabalhar pelo progresso do Sul de Minas, isto é – tudo empenhar, não medir sacrifícios [...] para atingir ao grau de desenvolvimento *material* e *moral* a que está indiscutivelmente fadado; apoiar ideias que surdirem em prol desse *desideratum*” (*Correio Sul-Mineiro*, ano I, n. I, 15 de outubro de 1904, capa).

²⁷ *Festas constantinianas*, 1913, p. 97.

²⁸ A dissertação de Pérola Castro nos ajuda a compreender melhor a trajetória dessa família e seus projetos políticos para a região do sul de Minas Gerais e para a cidade de Campanha (Castro, 2012).

de 14:000\$000. Essa influência religiosa permanecerá por décadas tanto no espaço urbano como no viver cotidiano da cidade.

Com a chegada do primeiro bispo, dom João Baptista Corrêa Nery, em 1901 e o início de seus trabalhos pastorais, a cidade passaria a contar com mais uma escola de ensino primário para meninas, com a direção das Irmãs da Visitação, uma escola primária para meninos pobres e um estabelecimento dedicado ao ensino das práticas voltadas para a agricultura, denominado “Escola Agrícola Francisco Salles”²⁹. Assim se constituía o cenário da cidade na primeira década do século XX, momento este em que notaremos, no decorrer de nossa pesquisa, que a administração pública almejava e idealizava uma modernização em confronto com o antigo, uma Pouso Alegre que ao seu modo direcionava seus passos para a urbanização e civilidade, condições prioritárias para o desenvolvimento do município.

Na segunda metade da década de 1900, quatro obras importantes foram realizadas favorecendo a cidade e o município: a instalação de uma linha de bonde que ligaria a Colônia Francisco Sales aos trilhos da Rede Mineira, localizados na região central, a instituição de transportes públicos, a instalação da luz elétrica e a criação de uma companhia telefônica. Essas transformações se tornaram comuns nesse período em outras cidades do sul de Minas Gerais, sendo percebidas quando fazemos a leitura de anuários da época, ainda que, “possuindo um caráter impressionista de muitas dessas descrições, elas são ilustrativas do processo de urbanização que estava em curso na região” (Saes; Gambi; Curi, 2016, p. 44) e em outras partes do país.

O projeto de lei sobre a criação de uma linha de bondes para a Colônia Francisco Sales foi aprovado na sessão da Câmara do dia 18 de setembro de 1905, por intermédio de um ofício do presidente do estado datado de 12 de julho do ano corrente. O seu conteúdo fazia ver que “naquella dacta estava o encarregado da direção da Colônia “Francisco Salles” autorizado a entregar a Câmara os trilhos e dormentes de ferro alli existente, para a linha de bondes que a Câmara projecta nesta cidade”³⁰, tendo seu despacho autorizado. A presente lei autorizava o

²⁹ Sobre a história da Diocese de Pouso Alegre e de seu primeiro bispo diocesano dom João Baptista Corrêa Nery, cf. Gouvea (1998, p. 77).

³⁰ *Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1904-1913*, sessão ordinária de 18 de setembro de 1905, p. 48.

agente do Executivo Municipal a efetivar o contrato com a empresa que oferecesse maiores vantagens para o município na construção de uma linha de bonde movido a tração animal, concedendo privilégio de 15 anos a partir da data em que se fizesse a contratação. Ficou ainda autorizado o emprego de trilhos e dormentes cedidos à municipalidade pelo governo do estado. A rota apresentada deveria ser a seguinte:

Artigo 2º: O traçado para a linha comerará na Estação da Estrada de Ferro e se estenderá até a “Rua Cantagallo” em frente ao edifício do Collegio da Visitação, passando pela Rua Moreira César, “Praça 24 de Fevereiro”, “Senador José Bento”, “Cônego Vicente”, rua “Dr. Silviano Brandão”, “Júlio Brandão”, “Dom Nery”, “Praça Quinze de Junho” e “Rua Affonso Penna”³¹.

De acordo com o Artigo 2º, temos noção de como se estabeleceu esse trajeto, saindo da estação ferroviária, percorrendo as ruas que compunham a parte suburbana e urbana da cidade, na região central e das imediações do Mercado Municipal. Esse meio de transporte por muitos anos serviu para que se conduzissem os gêneros alimentícios e tudo mais que era produzido na Colônia Francisco Sales para serem transportados para outras cidades pela ferrovia, como também para abastecer o mercado local, facilitando a comercialização dos produtos e tornando-os acessíveis na cidade.

A instalação da energia elétrica na cidade também ocorreu nesse ano. As primeiras experiências da inserção desse novo tipo de inovação no Brasil ocorreram nas duas últimas décadas do século XIX, nos dois principais centros urbanos do país³². De acordo com Saes,

a incorporação da energia elétrica ao cotidiano brasileiro foi contemporâneo com aquela realizada nos países europeus e nos Estados Unidos. Mesmo com as primeiras experiências já no início do século XIX, foi somente durante o decorrer da década de 1880 que a energia elétrica tornou-se realidade na indústria. Inicialmente atendendo aos serviços de iluminação urbana tanto pública como particular. (Saes, 2010, p. 14)

³¹ Projeto de Lei n. 145.

³² No Rio de Janeiro, no decorrer das décadas de 1880 e 1890, e em São Paulo, a lei de regulação dos serviços de força e luz foi promulgada no ano de 1899.

Segundo o memorialista Octávio Miranda Gouvêa (1998), Pouso Alegre teria sido a pioneira na implantação dos serviços de luz e energia elétrica no sul de Minas Gerais, sob os esforços do engenheiro Benjamim Franklin Silviano Brandão³³, que, tendo se especializado nos Estados Unidos, trouxe para a cidade essa inovação; e, em parceria com o tenente-coronel José Claro de Almeida Ramos Brandão e o major Augusto Libânio, organizaram e fundaram a Empresa de Força e Luz de Pouso Alegre³⁴, e apresentaram uma petição à Câmara Municipal solicitando os privilégios para a exploração da indústria de eletricidade nessa cidade, tendo levado o assunto em pauta “e considerando, que desde antes uma vez consignado nos orçamentos especificados, a verba sempre despendida anualmente com iluminação pública nesta cidade feita até aqui por lampeões a Kerosene”³⁵. Em 1904, o *Jornal O Clarim*, ao realizar críticas ao governo da municipalidade, cita em suas páginas os diversos problemas locais existentes, e entre os citados estava a questão do serviço de iluminação local no presente momento, “há um anno que o Sr. Agente Executivo não despense com Pouso Alegre um real a não ser com empregados e com a porca iluminação pois o ultimo dos grandes melhoramentos foi a canalização d’água”³⁶, não realizando mais na cidade algum melhoramento.

Os vereadores, em discussão sobre o referido benefício para a cidade, no ano de 1905, elaboraram e decretaram uma lei que dava concessão

³³ Nascido em Pouso Alegre no ano de 1878, pertencida à tradicional família do vice-presidente da República, Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão, sendo filho dele. Graduou-se em engenharia metalúrgica e civil pela Escola de Minas em Ouro Preto. Anos mais tarde seguiu para os Estados Unidos e a Europa, a fim de aperfeiçoar-se em eletrônica. Com seu retorno ao Brasil, fundou e dirigiu em Pouso Alegre a companhia de força e luz, realizando as primeiras instalações de iluminação pública elétrica na cidade (cf. Araújo, 1997, p. 97).

³⁴ A empresa prestou seus serviços para a cidade até no ano de 1925, quando então se realizou uma reforma na iluminação elétrica, na administração do prefeito Olavo Gomes de Oliveira, sendo construída no Distrito de Borda da Mata uma nova usina de força, com linha de transmissão para Pouso Alegre, a qual foi inaugurada em 11 de agosto do mesmo ano, possuindo um grupo de geradores de 330 cavalos de força, cada um, e com assentamento de novos postes Manesmann, em substituição aos de madeira, na Avenida Doutor Lisboa, no centro da cidade.

³⁵ *Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1904-1913*, sessão ordinária de 16 de novembro de 1905, p. 71.

³⁶ *Jornal O Clarim*, ano I, n. 5, 9 de março de 1904, p. 2.

a essa empresa por 25 anos para realizar seus serviços, autorizando a organização e manutenção do fornecimento da luz elétrica por meio do sistema hidráulico. Sobre esse feito, o jornal *Correio Sul Mineiro* trazia em suas páginas a seguinte notícia:

A Câmara Municipal desta cidade, em reunião extraordinária, concedeu privilégio ao sr. Coronel Ramos Brandão ou a empresa que este organizar, para o abastecimento de luz electrica à nossa cidade. Sabemos que o privilégio foi concedido por vinte cinco annos. Findo este prazo, reverterão em favor da municipalidade todos os materiaes da empresa, sem retribuição alguma. A Câmara pagará à empresa dez contos annuaes pela illuminação da cidade que será de 200 lâmpadas. Procedendo os necessários estudos, acha-se entre nós o hábil engenheiro e nosso distincto conterrâneo, sr. dr. Benjamim Brandão³⁷.

A instalação, a troca de lâmpadas, o custeio, a conservação do material empregado, sua substituição e o que estivesse relacionado ao serviço seriam por conta do empresário sem outro ônus para a municipalidade, além do pagamento relacionado ao fornecimento da iluminação pública. De acordo com o contrato celebrado, ficava a empresa responsável por

I- Instalar e montar 200 lâmpadas Edison da força de 32 velas cada uma no perímetro da cidade, comprehendidas [...], e ainda 2 lâmpadas da força de 600 vellas cada uma, todas collocadas de acordo com o plano de distribuição que adoptar o Agente Executivo Municipal; II- Instalar e manter a illuminação elétrica no edificio do Governo Municipal, no matadouro que for constituído e somente a installação no Theatro Municipal; III- Manter a illuminação publica das ruas e praças diariamente, do anoitecer ao amanhecer, menos as duas lâmpadas, de força de 600 velas, as que poderão estar acesas somente do anoitecer a meia noite; IV- Instalar e manter do mesmo modo nas ruas e praças desta cidade, as lâmpadas que a Câmara Municipal, em qualquer tempo julgar necessárias, além das 200 já afixadas mediante o pagamento não excedente de 5 mil réis por cada uma lâmpada de força de 32 vellas. § 2º. Revisão para a Municipalidade, findo prazo dos privilégios, de todos os edificios, propriedades, acessórios e material referente à exploração, uso e gozo da Indústria de Eletricidade sem nenhum ônus para a municipalidade. § 3º. Prazo não excedente, de doze annos apartir da dacta

³⁷ *Correio Sul-Mineiro*, ano II, n. 54, 19 de novembro de 1905, p. 2.

desta lei, dentro do qual deve cotar, concluído todo serviço da instalação e ter começo e fornecimento da luz elétrica, sob pena de caducidade³⁸.

Os materiais a serem adquiridos pela empresa deveriam seguir os padrões estabelecidos pelo contrato, sendo as lâmpadas presas em braços de ferro suspensas nos postes de madeira pintados a óleo, com refletores brancos a uma altura mínima de 5 metros a partir do chão. As linhas de transmissão e distribuição deveriam ser de fios de cobre todos isolados para não apresentar risco a nenhuma pessoa. Ao governo do estado caberia a solicitação da isenção de direitos para o material que fosse adquirido nos países estrangeiros, e à municipalidade, a intervenção aos particulares para a passagem das linhas elétricas em seus terrenos. Os custos desse benefício para os particulares não deveria exceder o valor de 3\$000, e as instituições de beneficência, os hospitais, os edifícios públicos, federais e estaduais, as granjas, os edifícios do governo da cidade, os institutos de ensino, as associações literárias e recreativas teriam o abatimento de 15% sobre o preço que for estabelecido para os particulares. A empresa procurou durante esses anos se empenhar para a realização do serviço. Por meio da leitura das atas e de outros documentos da Câmara Municipal, notamos que os serviços estavam sendo prestados adequadamente. No relatório apresentado para o ano de 1908, o agente do Executivo declarou que a iluminação ocorreu inalterável e sem interrupção na cidade, e a empresa “cumpriu as novas cláusulas impostas pela municipalidade, isto é, a substituição das lâmpadas de 400 velas por 6 de 30, funcionando igualmente a iluminação do teatro municipal”³⁹. Entretanto, durante o mês de junho desse mesmo ano, se realizou uma interrupção devido aos reparos feitos na usina geradora pelo seu proprietário, sendo esse empreendimento colocado entre os melhores do estado de Minas Gerais, segundo o mesmo relatório. No ano de 1908, em sessão de 8 de fevereiro, mediante um requerimento enviado pela Empresa de Força e Luz de Pouso Alegre pedindo alterações na lei que lhe concedeu o privilégio de exploração da indústria de eletricidade de Pouso Alegre, são realizadas pelos vereadores algumas modificações nas

³⁸ *Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1904-1913*, sessão ordinária de 16 de novembro de 1905, p. 73.

³⁹ Relatório para o ano de 1908, 12 de janeiro de 1909.

leis que regulavam os serviços prestados pela empresa. A presente alteração estava composta de 6 cláusulas, o que proporcionou um serviço mais eficiente. Propostas como a redução da força iluminativa (de 32 para 30 velas), nas 200 lâmpadas instaladas pela cidade, diminuiriam os gastos da empresa e da municipalidade, e facilitaria a manutenção delas. Na utilização da energia elétrica pelas sociedades teatrais que se servissem do espaço do Teatro Municipal a empresa poderia “cobrar no máximo 35\$000 mil réis por noite, quando as sociedades teatraes ocuparem a luz por mais de um mês, e 300\$000 mil réis mensaes, quando se tratar de maior espaço de tempo”⁴⁰, contribuindo para os dispêndios municipais. E, por fim, uma tabela que regularia e organizaria os preços a serem pagos pelos particulares que usufruíam desse benefício.

Com o advento da iluminação elétrica e outras melhorias feitas no município na década estudada, no ano de 1906, a Câmara Municipal atende ao pedido de privilégio para a instalação de linhas telefônicas feito pelo Sr. Euzébio Dias Ferreira, residente na cidade de Poços de Caldas, em setembro do mesmo ano. Segundo a petição, esse serviço não geraria ônus algum à municipalidade. Ficaria destinada a votação à sessão do dia 12 de outubro, e, por falta de número legal de vereadores presentes, a discussão foi realizada no dia 25 de outubro do ano corrente. As linhas telefônicas eram ligadas tornando possível a comunicação da sede do município aos demais distritos que o compõem, por meio de uma central telefônica ligada às propriedades particulares, tanto as urbanas como as rurais. A empresa deveria realizar esses serviços de forma gratuita aos edifícios municipais e distritais, em repartições como o teatro municipal, o mercado e o matadouro, e, ao final do privilégio, todo material empregado deveria ser revertido à municipalidade.

Somente no mês de março de 1908, após a revisão da petição enviada pelo empresário, pois ele considerou que as cláusulas estabelecidas pela Câmara se encontravam “demasiadamente onerosas para o suplicante que para a realização do seu ideal terá de empregar não pequeno capital”⁴¹, este pedia no entanto a alteração para a realização do serviço, pois ele já havia encomendado na Europa os aparelhos e outros materiais

⁴⁰ *Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1904-1913*, sessão extraordinária de 8 de fevereiro de 1908, p. 188.

⁴¹ *Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1904-1913*, sessão extraordinária de 8 de fevereiro de 1908, p. 188.

necessários para as instalações. Um dos principais argumentos utilizados pelo concessionário consistia no tempo de privilégio concedido à empresa. A proposta feita inicialmente pela Câmara concedia o prazo de 12 anos para executar e propiciar o serviço à população e ao município. O prazo apresentado pelo peticionário para a concessão do serviço era de 25 anos, tendo em vista que ele possuía mais de uma empresa “em Poços de Caldas, Botelhos e Cabo Verde e para ellas obteve o suplicante o máximo de privilégio (25 annos) como ainda agora no privilégio que lhe foi concedido para a linha de Santa Rita de Caldas, em 09 de Janeiro de 1907”⁴². No documento se encontrava anexo a lista de preços que seriam cobrados dos assinantes, consistindo dos seguintes parâmetros:

6°. O preço da assignatura será de 10 mil réis mensaes pagos adiantadamente sendo o primeiro pagamento feito com a respectiva joia; 7°. Fica o assignante com direito de pedir ligação para todas as linhas que a empresa installa dentro do mesmo município; 8°. Não é permitido o uso do aparelho a pessoas residentes na cidade que não sejam assinantes das empresa. 9°. Os assignantes fora da cidade pagarão mais mil réis de cada Kilómetro, de linha, a centrar-se do limite urbano em diante; 10°. O menor preço será de seis meses, mesmo se o assignante desistir por qualquer motivo, antes de findo esse prazo; 11°. As horas de serviço terão das 7h da manhã as 22h da noite; 12°. Durante as trovoadas, as comunicações serão suspensas. 13°. Quando se utilizar do telephone deve-se fallar com voz suave e devagar. De modo algum deverá o assignante retirar o aparelho, diz, retirar da forquilha a não ser quando precisar mobilizar-se do aparelho; 14°. A falta do pagamento até o dia 10 de cada mês dá direito a Empresa de retirar o aparelho. – Secção – Sant’Anna do Sapucahy. Tabella. Horário. O escriptório desta secção achar-se-á aberto das 7h da manhã às 21h da noite, nos dias úteis, nos domingos, dias feriados e santificados, até as horas da tarde e durante esse tempo se transmitirão comunicações sobre em ocasiões de trovoadas. (Taxa) Dentro do horário, cada comunicação verbal ou escripta, constará um mil réis – 1000 réis. Não comunicação verbaes poderá o transmittente falar até 10 minutos, e quando escripta não excederá 40 palavras. O excesso determinará nova taxa. Fora do horário cada comunicação constará mais 5 mil réis além da taxa comum. Pelas comunicações para fora

⁴² *Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1904-1913*, sessão ordinária de 6 de fevereiro de 1907, p. 142.

de Pouso Alegre, Sant'Anna do Sapucahy, pagará o transmitente, além da taxa commum, mais o que convém mencionar para o portador na ocasião⁴³.

A comissão responsável pelas obras públicas e os demais vereadores foram favoráveis ao parecer e autorizaram a instalação da telefonia na cidade. No decorrer do ano de 1908, foram inauguradas as linhas telefônicas dos distritos de Borda da Mata e Estiva, estando ligados todos os distritos com o município. Para essa década, não são fornecidas mais informações específicas relativas à situação geral da empresa, como número de assinantes, entre outros. Apenas na sessão de 27 de novembro de 1908 foi apresentada uma indicação do Sr. José Evaristo, requerendo que o agente do Executivo reclamasse da Empresa Telefônica a situação do mau estado e abandono em que se encontrava aquela empresa quanto ao cumprimento das cláusulas presentes no contrato entre ela e a municipalidade. Outra informação que nos apresentam as atas é que no ano de 1910 a Câmara da cidade de Cambuí firma um acordo com Sebastião Pires Ribeiro, referente à instalação de linhas telefônicas ligando os municípios de Jaguary, Cambuí, São José do Paraíso e Ouro Fino. Esse serviço proporcionou a instalação de uma linha dupla direta, em que foi colocado um aparelho receptor em um lugar conveniente, realizando e expandindo a comunicação na região.

Nos últimos anos da década estudada, foram incluídos nos passeios na zona urbana 1.906 metros de guias e 263 de sarjetas para o escoamento das águas pluviais. Construções como a dos 2 pontilhões no rio Mandu ligariam a cidade aos bairros do Pantano e Sertãozinho, e foram reparadas as pontes das estradas que vão para o Bairro dos Afonsos e Distrito do Congonhal, como também retocados os aterros do caminho que segue para o Distrito de Sant'Ana do Sapucaí. O abastecimento de água na cidade foi ampliado, atendendo a quase toda a população. Em relação aos espaços e prédios públicos,

Theatro Municipal: Foram terminadas as obras de reconstrução e embelezamento do teatro municipal, tendo sido feitos o passeio e dois pequenos jardins lateraes contíguos ao edifício; Parque Municipal: No antigo Largo do Rosário, conforme a autorização que me concedestes, foi

⁴³ *Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1904-1913*, sessão ordinária de 6 de fevereiro de 1907, p. 142.

no exercício que acaba de findar, feito o Parque Municipal, cujo estylo obedeceu à organização estética de seus congêneres, nas grandes cidades, tendo as suas ruas macadamizadas e profusa arborização de diversas espécimens de nossa riquíssima flora. Seja-me lícito em nome do município patentear os meus agradecimentos ao Exmo. Dr. Porfírio Machado pelo efficaz auxílio que gentilmente dispensou à direção e feitura do “Parque”; Mercado: Em cumprimento, também da vossa autorização – aumentei o mercado municipal, já tendo sido construída uma de suas fachadas, não tendo podido realizar o aumento, que julgo necessário, para o lado da “Praça Quinze de Novembro”, obstado pela presente estação chuvosa. A parte construída foi feita com toda a solidez, obedecendo à moderna architectura, de accordo com a planta gentilmente offerecida a esta municipalidade pelo hábil architecto austríaco Sr. José Piffer; Casa de Caridade: Foram feitos os serviços de installação sanitária d’esse Pio Estabelecimento, os quaes foram-me autorizados por vós, concorrendo também a Câmara regularmente com a quota ao mesmo destinado, consignada no orçamento⁴⁴.

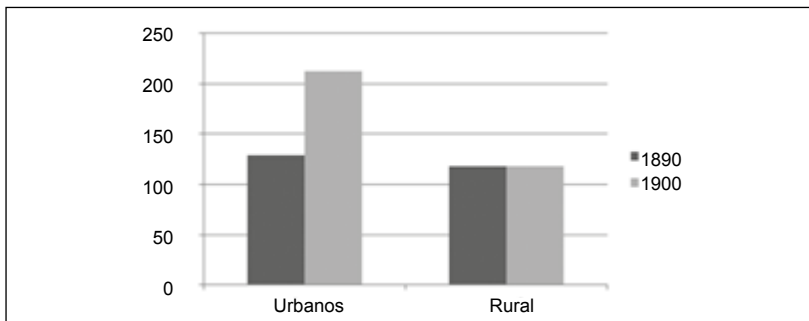
Estas foram as principais obras realizadas na cidade de Pouso Alegre, no período proposto por este artigo. Passaremos a observar a partir de agora as transformações urbanas locais por meio da análise dos registros de imóveis.

3. Os usos do espaço na cidade de Pouso Alegre por meio da análise de registros de imóveis

Se, por um lado, refletimos sobre as transformações ocorridas na cidade de Pouso Alegre mediante os estudos de fontes oficiais e periódicos, tomaremos neste ponto como objeto de análise o *corpus* documental que compõe os registros de imóveis, voltando nosso olhar principalmente para a sede do município. O conjunto de livros cartoriais nos proporciona uma vasta documentação que nos possibilita diversas formas de análises. A delimitação proposta para este artigo proporciona o contato com 578 registros realizados no espaço urbano. Se tomarmos toda a série disposta para estas décadas, deparamo-nos com os seguintes dados dispostos no gráfico abaixo:

⁴⁴ Relatório para o ano de 1908, 12 de janeiro de 1909.

Gráfico 2 – Registros realizados entre as décadas de 1890-1910



Fonte: dados estimados a partir dos Registros de imóveis do município de Pouso Alegre, acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral), Pouso Alegre (MG), livros 2, 3.

Em números, constatamos que as transações dos imóveis urbanos obtiveram um crescimento de 14% registrado na primeira década do século XX. Ressaltamos também que era comum na sede do município um número maior de transações de imóveis rurais e urbanos, conforme observamos no Gráfico 1. O nosso objetivo para este artigo se concentra no estudo do núcleo citadino e, para nossa análise, decidimos dividir a cidade de Pouso Alegre em cinco núcleos⁴⁵, como pode ser visualizado no Mapa 1 abaixo⁴⁶:

- núcleo central (cor azul): composta pelas ruas que se originam no Largo da Matriz (atual Praça Senador José Bento);
- núcleo do Rosário (cor verde): delimitamos como marco a Igreja do Santuário e suas adjacências a leste;
- núcleo das Cruzes (cor amarela): região ao norte, que se encontra ao norte da Igreja Matriz e abrigava o Cemitério Paroquial;
- núcleo do Subúrbio (cor roxa): área sul da cidade, localizada ao redor da linha ferroviária e às margens do rio Mandu.

⁴⁵ Com o passar dos anos, percebemos que alguns nomes de ruas foram modificados, e, por mais que tentamos analisar, não conseguimos localizá-las com precisão.

⁴⁶ Para a realização da divisão dos núcleos proposta no mapa, utilizamos das delimitações históricas da cidade e da observação dos valores de imóveis obtidos nos registros levantados e dos sujeitos que compunham determinadas faixas de riqueza local.

Mapa 1 – Planta da cidade de Pouso Alegre, 1927 (adaptado com cores para a realidade estudada)



Fonte: acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Por meio da divisão dessas regiões, podemos tornar mais compreensível a nossa análise. Os imóveis mais valorizados se encontravam no núcleo central, com valores entre 5:000\$000 e 12:000\$000. Geralmente eram propriedades maiores, que compreendiam alguns quarteirões, construídas em anos posteriores, algumas com características de chácaras e outras mantendo o padrão de “sobrado”, com a casa familiar em cima e o comércio abaixo. As transações eram feitas geralmente por pessoas ligadas ao comércio ou que concentravam alguma fonte de riqueza, como os proprietários e capitalistas. Também estavam presentes médicos, professores, magistrados, fazendeiros e lavradores, que possuíam, além de propriedades rurais, imóveis na cidade, o que não os deixavam restritos apenas ao campo, tornando evidente a presença massiva da elite local. Nessa região, localizamos imóveis denominados “Patrimônio do Bispo”, devido à instalação da diocese no ano de 1900. Foram transacionados 11 imóveis (sendo 8 aquisições e 3 transmissões). Geralmente eram casas e propriedades em torno da igreja, sendo uma com extensões maiores, na região do Rosário, onde se abrigou por muito tempo o seminário e colégio diocesano. Instituições como a Loja Ma-

çônica, Colégio São José, Casa de Caridade registraram suas propriedades no início do século XX, proporcionando novas configurações no centro da cidade e no meio social.

O que nos chama atenção nos registros são o surgimento de novas ruas, como no caso da Avenida Abreu, região pertencente à família Abreu Lima, e as terras repartidas em grandes e pequenos lotes, sendo vendidos a preços mais acessíveis. Conviviam nessa localidade algumas chácaras e casas pequenas, que, nos dizeres de um memorialista local, eram geralmente habitadas “pela população mais carente da cidade” (Rezende, 1991, p. 27).

A região do Rosário possuía um certo hibridismo em relação às classes que ali habitavam. Localidade antiga, espaço onde se encontravam os escravos da cidade no século XIX, era constituída por pessoas de diversas classes sociais. Por meio dos registros, constatamos que os imóveis transacionados estavam em torno de 100\$000 a 6:000\$000, sendo as propriedades mais valorizadas localizadas na Rua Silviano Brandão. Essa região era habitada, nas décadas por nós estudadas, por pessoas que exerciam serviços públicos, serviços domésticos, ofícios (carpinteiros, pedreiros, ferreiros), comerciantes em grande número, um médico, cirurgião dentista e professor. Com o passar do tempo, constatamos que as memórias de Amadeu de Queiróz, ao lembrar de sua infância (década de 1870), se faziam presente ao relatar que

os habitantes do Largo, miolo da sociedade, gente de sapatos, bailes, pianos, jogos de prendas e roupas de alfaiate, afastavam-se afetadamente do povinho do Rosário. O povinho era a casca anônima da população: pedreiros e costureiras, vadios e engomadeiras, lavadeiras e toda a sorte de gente que vive do trabalho vário e miúdo. Numerosa genticinha, pobre e desarrumada, infalível em festas de rua e circo de cavalinhos, que não mandava nem era mandada. (Queiroz, 1956, p. 13-14)

A região das Cruzes e os subúrbios distavam relativamente do núcleo central. O Bairro da Cruzes, região antiga da cidade, localizada em um ponto mais alto da cidade, caracterizava-se por imóveis com preços mais baixos. Pelos registros percebemos a presença de pequenos comerciantes e lavradores, em propriedades de 100\$000 a 500\$000. Já os subúrbios possuíam casas simples na região do aterrado e rio Mandu, terrenos

estes que já sofriam pelas cheias do rio em tempos de chuvas torrenciais, chácaras e grandes extensões de terras em regiões que delimitava o núcleo habitado da cidade.

Em breves palavras, caracterizamos a constituição do núcleo urbano de Pouso Alegre para as décadas estudadas, podendo ser observadas características peculiares de certas regiões da cidade. No *corpus* documental analisado, encontramos também registros realizados pela municipalidade, pelo governo do estado e por empresa pública. Por essas instituições foram adquiridas nove propriedades para o estabelecimento de prédios destinados a serviços, destacando o terreno onde se construiu o prédio do Mercado Municipal no centro da cidade, obtido por compra de propriedade da Igreja Matriz local, o espaço de dois terrenos destinados à edificação das instalações da estação ferroviária no final da principal avenida local, obtido por compra em 1895 pela Companhia de Via Férrea do Sapucahy com sede no Rio de Janeiro, e a compra de 346,5 alqueires pelo governo do estado para a criação e instituição da Colônia Francisco Sales, tornando-se parte da composição espacial de Pouso Alegre.

Considerações finais

Os estudos de história regional e local aproximam o historiador do objeto estudado, possuindo certa importância por analisar particularidades de um determinado espaço sem perder a conexão do universo em que está inserido, como bem ressalta Erivaldo Neves:

O estudo do regional, ao focalizar o peculiar, redimensionaria a análise do nacional, que ressalta as identidades e semelhanças, enquanto o conhecimento do regional e do local insistira na diferença e diversidade, focalizando o indivíduo no seu meio sócio-cultural, político e geo-ambiental, na interação com os grupos sociais em todas as extensões. (Neves, 2002, p. 89)

E nessa interação com o espaço em âmbito nacional é que buscamos neste artigo, em um primeiro momento, analisar os conceitos de modernidade/modernização e urbanização, buscando fundamentação para inserir o sul de Minas Gerais e Pouso Alegre nas discussões propostas

pelo artigo. Por meio da leitura dos almanaques, percebemos que as trajetórias das cidades da região sul do estado percorrem um mesmo caminho nesse processo, porém, mantendo suas dinâmicas particulares.

Pela análise dos documentos oficiais, percorremos durante as décadas estudadas por caminhos que traçaram mudanças, principalmente no espaço físico. A criação de colégios, a construção de um espaço organizado e institucionalizado para o comércio, a chegada dos trilhos da rede sul-mineira, o aparecimento da energia elétrica e da comunicação telefônica, foram sinais desse processo de modernização na cidade, empreendimentos estes liderados pelo estado, pela municipalidade e por empresas de capital privado.

Mediante a análise dos registros de imóveis locais, tomamos contato com diversas informações referentes à cidade. As metamorfoses espaciais estavam ocorrendo, com o surgimento de novas ruas e espaços sociais que de certa forma influenciaram no cotidiano da população pouso-alegrense. Por meio desse *corpus* documental, dividimos o espaço urbano em quatro regiões e conseguimos identificar os sujeitos sociais que habitavam cada uma delas, pela sua condição financeira e pelo trabalho que exerciam na sociedade. Através deste artigo, procuramos contribuir com os estudos que vêm sendo desenvolvidos sobre a região do sul de Minas Gerais, reafirmando a expressão de que “Minas são muitas” e muitas são suas singularidades.

Fontes primárias

ATA da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1867-1871. Sessão extraordinária de 26 de junho de 1871. Disponível no acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

ATA da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1904-1913. Sessão ordinária de 18 de setembro de 1905. Disponível no acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

ATA da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1904-1913. Sessão ordinária de 16 de novembro de 1905. Disponível no acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

ATA da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1904-1913. Sessão ordinária de 6 de fevereiro de 1907. Disponível no acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

ATA da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1904-1913. Sessão extraordinária de 8 de fevereiro de 1908. Disponível no acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

BREVE história da Diocese de São Paulo. Disponível em <<http://www.rootsweb.ancestry.com/~brawgw/higrejas.html>>. Acesso em 10/11/2016.

- COLLEÇÃO das leis do Império do Brasil de 1846*. Tomo IX, parte II. Decreto n. 482, de 14 de novembro de 1846 – estabelece o regulamento para o Registro geral das hipotecas. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1847.
- COLLEÇÃO das leis do Império do Brasil de 1843*. Tomo V, parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867.
- CONSTITUIÇÃO da Republica dos Estados Unidos do Brasil*: acompanhada das leis orgânicas publicadas desde 15 de novembro de 1889. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.
- CORREIO Sul-Mineiro*, ano I, n. I, 15 de outubro de 1904.
- CORREIO Sul-Mineiro*, ano II, n. 54, 19 de novembro de 1905.
- DIÁRIO de São Paulo*, ano VII, n. 1.915, 2 de março de 1872.
- FESTAS constantinianas*: edição especial em comemoração ao ano santo. Diocese de Pouso Alegre, 1913. Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.
- JORNAL O Clarim*. Pouso Alegre, ano I, n. 5, 9 de março de 1904.
- LIVRO da lei mineira, Lei n. 3.384, 15 de junho de 1886. Arquivo Público Mineiro.
- LIVRO de registro de imóveis do município de Pouso Alegre. Tomo 1. Pouso Alegre, p. 1, digitalizado pelo pesquisador no ano de 2016. Disponível no acervo do Cartório Ofício do Registro de Imóveis (Cartório Amaral).
- LIVRO de registros de terras do município de Pouso Alegre, 1854. Termo de abertura. Disponível no acervo do Arquivo Público Mineiro.
- NOTICLADOR de Minas*, ano II, n. 62, 21 de janeiro de 1869.
- ORÇAMENTO para construção do prédio do Mercado Municipal. Pouso Alegre, 1888. Coleção Documentos Soltos. Disponível no acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.
- PROJETO de Lei n. 145. Coleção Documentos Soltos. Disponível no acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.
- PROJETO para instalação de linhas telefônicas em Pouso Alegre, 31 de dezembro de 1909. Acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.
- RELATÓRIO apresentado pela Intendência à Câmara Municipal de Pouso Alegre em 7 de março de 1892. Coleção Documentos Soltos. Disponível no acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.
- RELATÓRIO para o ano de 1908. Pouso Alegre, 12 de janeiro de 1909. Coleção Documentos Soltos. Disponível no acervo do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.
- SYNOPSIS do recenseamento de 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Ana Eugênia; VALE, Fernando Henrique do. *Mercado Municipal de Pouso Alegre: o cotidiano na cidade*. Campinas: Pontes, 2014.

- ARAÚJO, Alexandre de. *Pouso Alegre através dos tempos: sequência histórica*. Pouso Alegre: GRAFCENTER, 1997.
- BARBUY, Heloisa. *A cidade exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo: EDUSP, 2006.
- CAMPOS, Cândido Malta. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Editora SENAC, 2002.
- CASTELLS, Manuel. *Problemas de investigação em sociologia urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.
- CASTRO, Pérola Maria Goldefeder e. *Minas do sul: visão corográfica e política regional no século XIX* Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2012 (Dissertação de Mestrado).
- COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- DEAECTO, Marisa Midori. *Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Editora SENAC, 2002.
- FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. *Revista Estudos Avançados*, v. 6, n. 14, jan.-abr. 1992.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FURTADO, Celso. *Análise do modelo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- GOUVÊA, Octávio Miranda. *A história de Pouso Alegre*. Borda da Mata: Art's Gráficas e Editora, 1998.
- JACOBS, Jane. *Muerte y vida de las grandes ciudades*. Barcelona: Península, 1961.
- LAGO, Ivan Jacopetti do. *História da publicidade imobiliária no Brasil*. São Paulo: Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2008 (Dissertação de Mestrado).
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- LOUREIRO, Waldemar. *Registros de propriedade imóvel*. V. 1, 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1968.
- MARTINS, Marcos Lobato. Uma história da navegação a vapor no sul de Minas (1880-1960). *Diálogos – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, v. 15, n. 2, maio, ago. 2011.
- MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. 13. impr. São Paulo, 2007. Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/lambrequim/>>. Acesso em 6/4/2018.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. *História regional e local no Brasil: fontes e métodos da pesquisa histórica regional e local*. Feira de Santana/Salvador: Arcádia, 2002.
- OLIVEIRA, Antônio Marques de. *Almanack do Município de Pouso Alegre*. Rio de Janeiro: Casa Mont'Alverne, 1900.

- OLIVEIRA, Milena Fernandes de. *Consumo e cultura material, São Paulo “Belle Époque” (1890-1915)*. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2009 (Tese de Doutorado).
- PORTO, Walter Costa (org.). *1891: constituições brasileiras*. V. II. Brasília: Senado Federal, 2012.
- QUEIROZ, Amadeu de. *Memórias dos 7 aos 77*. São Paulo: Cupolo, 1956.
- REZENDE, Manoel Coutinho. *Pouso Alegre na trilha dos faiscaadores*. Pouso Alegre, 1991.
- ROSSI, Pompeu. *História de Ouro Fino: seus registros, sua gente e suas lendas*. Belo Horizonte, 1981.
- SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927)*. Bauru: Editora EDUSC, 2010.
- SAES, Alexandre Macchione; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado; CURI, Luiz Felipe Bruzzi. O processo de urbanização no sul de Minas em transição. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. *Sul de Minas em urbanização: modernização urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016.
- SANTOS, Washington dos. *Dicionário jurídico brasileiro*. Belo Horizonte: Livraria del Rey Editora, 2001.
- VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanack Sul-Mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul-Mineiro, 1874.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, n. 15, out. 2000.